

# CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores no Sul do Brasil

Tarcísio Vanderlinde\*

**Resumo:** A idéia do CAPA é considerada o sinal luterano de se envolver com a questão da terra: *voz e presença da IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – na realidade agrícola brasileira, marcada por tanta injustiça na terra*. A idéia se identifica com a formulação da identidade da Igreja Luterana no Brasil e preconiza, juntamente com os pequenos agricultores, num processo de libertação, a construção de uma “nova paisagem” no meio rural.

**Resumen:** La idea del CAPA es considerada como la señal luterana de involucrase con la cuestión de la tierra: *voz y presencia de IECLB en la realidad agrícola brasileña marcada por tanta injusticia en la tierra*. La idea del CAPA se identifica con la historia de la formación de la Iglesia Luterana en Brasil y preconiza, juntamente con los pequeños agricultores, en un proceso de libertación, la construcción de un “nuevo paisaje” en el medio rural.

**Abstract:** CAPA's idea is considered as the lutheran signal of involvement with the land subject: *IECLB voice and presence in the brazilian agricultural reality, marked by so much injustice on land*. CAPA's idea identifies with the Lutheran Church formation in Brazil and preconizes, jointly with the small farmers, in a liberating process, the construction of a “new scenery” in the rural area.

---

\* Doutor em História pela UFF, atua no CECHEL – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ebenezer@certo.com.br. O artigo em pauta emerge do 4º capítulo de Tese de Doutorado defendida pelo autor com o título: *Entre dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil*. Defendeu dissertação de mestrado na mesma universidade com o título: *Estratégias de vida. Agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso – CAPA – Núcleo Oeste (do Paraná)*.

## **Sobre as origens do CAPA**

O CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – caracteriza-se como organização não-governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Juridicamente constitui um departamento da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC/CAPA), sendo reconhecida como entidade filantrópica.

O XIII Concílio Geral da IECLB, em 1982, tratou do tema “Terra de Deus – Terra para todos”. No documento final do Concílio, o CAPA é reconhecido como instrumento de apoio aos objetivos propostos, em sinal de compromisso da Igreja com a continuidade da proposta original, orientando-se sempre pela própria recomendação do Concílio Geral: “Todo o processo de conscientização, de sinais de apoio, reivindicações e propostas concretas deve ser marcado à luz do Evangelho, por um espírito de amor, diálogo e persistência luterana”<sup>1</sup>.

A organização objetiva, principalmente, promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias que preservem o meio ambiente. Visa, igualmente, na sua concepção, resgatar a consciência da função social da terra como produtora de alimentos saudáveis e abundantes para o povo, além de apoiar e lutar pelo desenvolvimento da saúde comunitária.

No ícone que representa o CAPA, a cruz que aparece no símbolo da IECLB “transforma-se” numa cruz ecológica e lembra uma semente brotando, “ressuscitando”. É uma cruz viva que pode representar vida. O globo de onde “brota” a “nova cruz” ou uma “nova semente” assenta-se sobre o “livro da sabedoria”, que pode ser dos novos conhecimentos agroecológicos mediados pelo CAPA e que se adéquam também aos ensinamentos de Lutero e ao que está escrito na Bíblia na visão daquela entidade. A “nova cruz” do CAPA pode ser entendida como um símbolo de libertação.

Considerando os efeitos da modernização agrícola, a exclusão dos pequenos agricultores e os efeitos nefastos às vezes provocados pelas migrações destes, o CAPA, no início, foi relacionado a uma “agricultura libertadora”, que poderia viabilizar a permanência do agricultor em sua pequena propriedade. Ao ressaltar o significado místico da agricultura libertadora, Hélio Musskopf retrata o contexto que legitima o surgimento da entidade:

Desde os tempos de Abraão, o povo migrava para a “terra prometida”, para Canaã. Ainda hoje, no Brasil, o povo continua migrando, talvez não pelas

---

<sup>1</sup> HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo CAPA/Sul. Fev. 2003.

mesmas razões. O povo do Sul já procurou os estados do Paraná, do Mato Grosso e território de Rondônia. Já migrou até para países vizinhos! Muitos tentaram voltar. Muitos morreram na peregrinação. Alguns se deram bem. Outros choram saudade da terra natal. Projetos de colonização levaram, e continuam levando, muitos de um lugar para outro. Desalojados pela construção de barragens, as pessoas marcham forçadas rumo às novas áreas. O capitalismo selvagem impõe técnicas e políticas agrícolas que acabam levando pequenos agricultores ao desespero, à miséria, à venda de suas terras para pagar dívidas acumuladas, à marginalização rumo às luzes artificiais das cidades ou aos acampamentos às margens das estradas, senão ao crime. Até quando o povo migrará “porque lhe falta o conhecimento” (Oséias 4.6)?<sup>2</sup>

A IECLB tem sua história marcada pela trajetória dos pequenos agricultores. No tempo presente, apesar do êxodo rural, ainda metade dos membros da Igreja vive em áreas rurais, enquanto que a realidade demográfica brasileira aponta para uma alta concentração da população em zonas urbanas. O processo de modernização da agricultura no país afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. Uma forte intervenção do Estado através do crédito subsidiado para a adoção do novo padrão tecnológico, baseado nos insumos agroquímicos e na mecanização, rompeu a lógica da agricultura familiar, cuja trajetória foi de uso intensivo de mão-de-obra e diversificação de culturas agrícolas. A mudança de relações de produção também resultou em novas relações sociais. A lógica do mundo da colônia, de que quem trabalha progride, passou a não valer mais. Passou a progredir quem tivesse acesso ao crédito e condições de desenvolver uma agricultura de capital intensivo<sup>3</sup>.

Nos anos oitenta do século passado, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes. Houve concentração de terra, degradação do meio ambiente e aumento das diferenças sociais no campo. A colonização das áreas do Centro-Oeste-Norte do país, proposta pelo governos militares como uma alternativa para a não-realização da reforma agrária no Sul, revelou-se como um “grande fracasso”. As cidades cresceram rapidamente, surgindo os grandes cinturões de favelas. O emprego urbano já não era mais um forte atrativo para o êxodo rural. O CAPA emerge nessa circunstância e, desde a sua fundação, passa a desen-

---

2 MUSSKOPF, Hélio. Agricultura libertadora. **Revista do CEM**, Porto Alegre, p. 66, jan. 1982.

3 De acordo com o pastor sinodal Nilo Christmann, o princípio ético-histórico, de que é preciso trabalhar para ter direito ao pão de cada dia, precisa ser revisto em decorrência das profundas mudanças pelas quais a sociedade está passando: “O rolo compressor da modernidade avança sem se importar muito com os que vão sendo esmagados, ou seja, aqueles que não encontram mais espaço para viver dignamente a partir dos frutos de seu trabalho”(CHRISTMANN, Nilo. O suor do rosto e o pão de cada dia. **Partilha**, p. 2, ago./set. 2003).

volver iniciativas para auxiliar os agricultores diante do contexto de exclusão no campo que foi se instalando<sup>4</sup>.

Além de buscar, juntamente com os agricultores, o “conhecimento que liberta” e permitir que o agricultor permaneça em sua pequena propriedade, o CAPA surge com o objetivo de empenhar-se em apoiar e estimular o sindicalismo e desenvolver políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens. Segundo Arzemiro Hoffmann, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ao longo de sua existência, vem demonstrando sua eficácia na construção da cidadania no meio rural. A consulta às fontes indica que os resultados alcançados pela entidade se viabilizam, pela via técnica e comunitária. Afirma o pastor que “a construção cidadã de pequenos agricultores exigiu sempre um esforço pedagógico de perceber o lugar vivencial, onde o grupo se encontra (seu *habitat*, seus costumes, suas referências) para, a partir daí, construir alternativas viáveis para sua sobrevivência econômica e social”<sup>5</sup>.

É possível concluir que o propósito do CAPA, como uma entidade não-governamental, vincula-se aos interesses da IECLB, em relação mediata, porém não exclusiva, com os evangélico-luteranos.

O CAPA, como entidade mediadora da IECLB, envolve-se com a idéia de que é possível construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar o ambiente, onde ele está inserido. Uma tarefa que não é considerada fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos os envolvidos na empreitada. A idéia parte da constatação de que a *revolução verde* não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disso foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. Esse pode ser considerado o cenário em que atua o CAPA. Além de estimular a desintoxicação da terra, preocupa-se também em “reeducar” o agricultor no sentido de não apenas garantir sobrevivência a ele e à sua família, mas também proporcionar mais saúde a produtores e consumidores. Esta pode ser entendida como a “nova paisagem” preconizada pelo CAPA. Uma paisagem em que se possibilita a reconstrução de um ambiente saudável para todos.

---

4 HISTÓRICO DO CAPA, 2003, p. 18-19.

5 O texto sem data cedido pelo CAPA em agosto de 2000 é possivelmente de autoria de Arzemiro Hoffmann, pastor da IECLB, e seu exame permite concluir que foi escrito em 1996. (HISTÓRICO DO CAPA. Texto sem data cedido pelo CAPA em ago. 2000.)

A origem do CAPA está diretamente ligada à história da IECLB, cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as “colônias velhas”, ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824, na região do Vale do Sinos. Com a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento de colonos para outras regiões do Estado/País, a IECLB também foi ampliando sua área de intervenção. Primeiramente, em direção às “novas colônias” e, mais tarde, para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, para onde foram “empurrados” os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do Sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Na conferência dos pastores regionais realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, é criado o CAPA, iniciando as suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS, atuando numa área que inicialmente abrangia 112 municípios do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O CAPA, em suas diferentes fases, foi financiado por entidades da Alemanha. Atualmente, o CAPA é financiado pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (EZE/EED)<sup>6</sup>. Apurou-se que os recursos, destinam-se à formação de um fundo rotativo destinado a pequenos empréstimos aos agricultores familiares, fundos que seriam ressarcidos posteriormente em produtos agrícolas. Além disso, os recursos são destinados à manutenção e operacionalização técnica e administrativa da entidade.

Constatou-se que há uma preocupação, por parte da entidade, em torná-la menos dependente de recursos externos. Em carta encaminhada pela coordenação do CAPA, Núcleo de Marechal Cândido Rondon/PR, ao secretário de agricultura do município, ficou explícito que mais de 90% dos recursos ainda são externos, provindos da solidariedade internacional, basicamente da EZE<sup>7</sup>.

---

6 Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V. (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento). Trata-se de ONG fundada em julho de 1962 na Alemanha. Inicialmente formada apenas por fundos de igrejas evangélicas, recebeu, posteriormente, recursos públicos para viabilizar seu trabalho. A organização apóia o trabalho no campo do desenvolvimento realizado por igrejas e outras ONGs. A entidade coopera com parceiros em mais de 80 países da África, Ásia, América Latina e Caribe, freqüentemente por intermédio de Conselhos de Igrejas nacionais e regionais, e com a assistência de agências especializadas em desenvolvimento (EZE. [s.d.]. Folder.). Em 2001, juntamente com mais três outras organizações ligadas às igrejas evangélicas na Alemanha, se integraram ao EED (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento). A informação consta em correspondência da EED endereçada ao CAPA, Núcleo de Marechal Cândido Rondon/PR, de 11 de junho de 2001.

7 SAAR, Vilmar. [Carta à Secretaria Municipal de Agricultura de Marechal Cândido Rondon]. Marechal Cândido Rondon, 23 abr. 2001.

Nos primeiros anos, as atividades do CAPA ficaram limitadas à 3ª Região Eclesiástica da IECLB, região onde foi idealizado o projeto<sup>8</sup>. A intenção, no entanto, era estender o trabalho a âmbito nacional, utilizando as estruturas existentes da IECLB. Atualmente, o CAPA conta com cinco núcleos de atuação no sul do Brasil: Marechal Cândido Rondon e Verê no Paraná; Erexim, Santa Cruz do Sul e Pelotas no Rio Grande do Sul. O Núcleo de Marechal Cândido Rondon atua no oeste paranaense, enquanto que o de Verê no sudoeste do mesmo estado. O Núcleo de Erexim tem sua área de abrangência no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. O Núcleo de Santa Cruz do Sul tem sua abrangência na região central gaúcha, enquanto que o de Pelotas atua no sul daquele estado. A concentração de Sínodos<sup>9</sup> no sul do país revela a região histórica da colonização alemã, onde ainda permanece o maior número de famílias e predomina a pequena propriedade. É interessante observar que os 13 sínodos que se concentram no sul do país equivalem aproximadamente à área geográfica do Sínodo Brasil Central. Em dados estimados, os 13 sínodos contam com 232.550 famílias-membro, enquanto que o Sínodo Brasil Central conta com apenas 500 famílias. O número de famílias dos cinco sínodos restantes perfaz 17.800. Destaca-se o Sínodo Espírito Santo a Belém com 13.000 famílias. O número relativamente elevado de famílias-membro neste sínodo mais ao norte do país deve-se à colonização luterana, que aconteceu no estado do Espírito Santo<sup>10</sup>.

A rede CAPA, de atendimento aos pequenos agricultores, localiza-se no sul do país, onde há maior concentração de famílias e pequenas propriedades. De acordo com informações coletadas junto à coordenação do CAPA do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, talvez só na Rondônia e no Espírito Santo poderiam ser desenvolvidos serviços semelhantes ao que o CAPA realiza no sul do país. Para Rondônia teria emigrado número razoável de pequenos agricultores luteranos do sul, e, quanto ao Espírito Santo, a forma de colonização de luteranos lá havida poderia favorecer a modalidade usual de trabalho. Mencionou-se que no caso do estado do Espírito Santo, este já possuiria trabalho similar ao que é realizado pelo CAPA nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seus cinco

---

8 Coincide com o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Oeste do Estado de Santa Catarina.

9 Refere-se à regionalização da IECLB, considerando o território nacional.

10 Conforme dados disponibilizados pela edição especial do Jornal Evangélico Luterano de outubro de 2002, a IECLB contava com 644.644 pessoas distribuídas em 1624 comunidades e 422 paróquias nos seus 18 Sínodos. (SCHÜTZ, Werner G. K. **A caminhada de um século**: documentário sobre a IECLB em Carazinho/RS, Brasil. Carazinho: Gráfica Sanini, 1999. p. 75-77.)

núcleos de atuação no sul do Brasil, o CAPA atende hoje cerca de 4,5 mil famílias<sup>11</sup>.

O CAPA nasce com proposta alternativa de produção e consumo no mesmo momento em que explodem, na região, ao final dos anos setenta, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais, ou seja, Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem-Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais<sup>12</sup>.

A proposta do CAPA se fundamenta na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos “pacotes” da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

Ao destacar 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho, Markus Brose ressalta que, no auge da expansão do pacote tecnológico da *revolução verde* no interior do estado, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) passou a se preocupar cada vez mais com o crescente número de seus membros que se tornaram migrantes e deixavam as comunidades rurais, em especial aqueles que se dirigiam a Mato Grosso e Rondônia. Em meados dos anos setenta, foi criado o Centro de Aconselhamento ao Migrante (Cami), que procurava assessorar estas famílias migrantes. No entanto, diante do vulto que o movimento de êxodo acabou tomando, a IECLB decidiu tentar atuar junto à origem do problema, já que a causa dessa situação não estava nas famílias dos produtores, mas no modelo então vigente no campo<sup>13</sup>.

Cabe ressaltar que a entidade, em seu *modus operandi*, dá relevância à informação, que é feita de forma diversa, ou seja, nas reuniões, ou através de outros meios de comunicação. Neste caso, os panfletos explicativos e cartilhas são de uso corrente entre os associados<sup>14</sup>. Sobre o informativo técnico-rural *Nova Paisagem*, registre-se que começou a ser publicado em dezembro de 1979. Em 1988, ainda como suplemento do *Jornal Evan-*

---

11 IGREJA e agricultura familiar. *Jornal Evangélico Luterano*, Porto Alegre, p. 1, set. 2001.

12 NOVA PAISAGEM. mar. 1998. Edição comemorativa.

13 BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Porto Alegre: [s.n.], 2000. p. 169.

14 Vale destacar, neste contexto, o desenvolvimento do projeto *Terra solidária*, em curso no Núcleo de Marechal Cândido Rondon, que visa possibilitar que os agricultores concluam o ensino básico através de módulos ministrados periodicamente. Entre outros objetivos, este projeto visa preparar agricultores como agentes de desenvolvimento rural.

gêlico, atingia um público de 12.000 leitores. Registra-se, igualmente, o programa de rádio que era produzido pelo Centro de Produção da Material (CEM), gravado nos estúdios da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC) em São Leopoldo, transmitido por 20 emissoras, em espaços patrocinados por empresas comerciais locais.

De acordo com Vilmar Saar, o surgimento do Núcleo do CAPA no oeste do Paraná aconteceu em função de um esforço comunitário, envolvendo membros e obreiros da IECLB e considerando que a região é de caráter predominantemente agrícola. Segundo Saar, o CAPA faz um trabalho a partir de organização de grupos de pequenos agricultores, desenvolvendo paralelamente serviços técnicos de apoio à produção, comercialização, divulgação técnica e relações institucionais, onde a entidade busca as mais diversas formas de parcerias com outros órgãos e prefeituras. Questionado se o trabalho do CAPA, surgindo sob a égide da IECLB, não estaria apenas voltado aos interesses dos agricultores luteranos, Vilmar esclarece tratar-se de um trabalho ecumênico, onde não há distinção de confessionalidade, muito embora a origem possa ser luterana, principalmente em se tratando dessa área de atuação, ou seja, a agricultura familiar. Vilmar informa que, em muitos lugares onde atua o CAPA, este conta com apoio de lideranças que pertencem a outras denominações religiosas<sup>15</sup>.

No contexto do serviço pastoral luterano no campo, a criação do CAPA e o estabelecimento de novas diretrizes pastorais a partir do ano de 1979 são saudados como um importante passo na mudança da posição da Igreja, evidentemente dentro de um processo antecedido por diversas discussões teológicas. Werner Fuchs<sup>16</sup> se refere ao CAPA como um bom

---

15 SAAR, Vilmar. 18 jun. 2000. Entrevista concedida ao quadro Personalidade da Semana da Rádio Difusora do Paraná.

16 Pastor militante no meio agrário luterano, é autor de vários artigos que relacionam a IECLB com sua função social no campo. Cf. FUCHS, Werner. **Under Tents of Black Plastic Sheets or the Agrarian Question and the Church: Complicity and new Challenges.** In: BI-ANNUAL MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN COMMITTEE OF THE NATIONAL COUNCIL OF CHURCHES OF CHRIST IN THE USA, April 13, 1992, Stony Point, NY. Documento apresentado no encontro. O pastor Fuchs, através da Comissão Pastoral da Terra, teve uma atuação relevante na luta pelos atingidos pela barragem de Itaipu no Paraná, no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Auxiliou os agricultores da região na fundação do Movimento Justiça e Terra. Em agosto de 2003, entre outras lideranças ligadas à CPT, organizou os “25 anos dos atingidos de Itaipu”. Tem participação ativa nas Romarias da Terra no Paraná. Na 18ª edição, que aconteceu na cidade de Guaíra no Paraná (31 de agosto de 2003), Werner Fuchs proferiu a mensagem principal do evento. No que se refere à militância de pastores, registre-se a atuação do pastor luterano Gernote Kirinus, eleito deputado estadual pelo Paraná em 1978. Gernote se reelegeu por duas vezes. Lançando-se candidato a deputado federal não conseguiu se eleger em 1990. Sua atuação se deu principalmente no oeste do Paraná a partir do momento em que surgiu o Movimento Justiça e Terra.



exemplo de combinação entre assistência técnica e organização sociopolítica<sup>17</sup>.

Entre os que se integram à entidade, é entendido que o CAPA tem por missão contribuir ativamente na promoção do desenvolvimento que proporcione vida digna a todas as pessoas, sendo que as suas ações estão centradas no fortalecimento da cooperação e organização da agricultura familiar para a produção agroecológica, utilizando metodologias de trabalho que valorizem a participação e o conhecimento local, associem a teoria com a prática e promovam a equidade das relações, autonomia e bem-estar das famílias. A estratégia de intervenção do CAPA tem como elementos centrais: buscar a autonomia dos agricultores familiares; o fortalecimento da organização dos agricultores; o trabalho com grupos organizados para irradiar as ações; a construção de alianças e parcerias para potencializar as ações; considerar as diferentes perspectivas de gênero e de geração; influenciar as políticas públicas rumo à agricultura sustentável, como componente do desenvolvimento sustentável; proporcionar espaços de formação e buscar elevar o nível educacional (escolarização); promover o protagonismo dos agricultores familiares<sup>18</sup>.

O CAPA, no seu objetivo de levar solidariedade e sustentabilidade ao agricultor familiar pela via da agroecologia, procura mostrar aos agricultores que por ela são apoiados que aquilo que se chama hoje de *agricultura convencional* é, na verdade, agricultura predatória, não sustentável e traz danos à saúde de homens e animais. Como foi possível constatar na investigação realizada, esta não é uma tarefa das mais fáceis. O trabalho do CAPA foi definido por um dos seus técnicos como sendo uma gota d'água no oceano, tal a predominância, na área de sua atuação, da agricultura convencional, que é aquela que funciona a jusante das indústrias e do comércio de agrotóxicos. É possível imaginar aí uma luta de Davi contra Goliás e que, a exemplo do relato bíblico, poderá ter igualmente um final feliz. Muitos dos agricultores que são assistidos pelo CAPA podem ser considerados “sobreviventes” da *revolução verde* e vêem nessa entidade a possibilidade de reconstruir suas vidas com qualidade, enquanto agricultores familiares, na medida em que, progressivamente, reconstróem a biodiversidade de suas pequenas propriedades.

---

17 SAUER, Sérgio. **The Land Issue as a Theological Problem:** the Roman Catholic and Lutheran Churches' Social and Political Commitment to the Struggle for Land in Brazil. 1996. Thesis for the Master of Philosophy Degree in Theology. Stavanger. p. 128-129.

18 Lembrado pela equipe coordenadora do CAPA/Erexim,RS, ao responder a questionário sobre “Os dois reinos”, elaborado por este historiador. Erexim, abr. 2003.

## **A mediação do CAPA**

O discurso mediador formulado pelo CAPA representa interesses eclesiais da IECLB, e, embora aponte a construção de um novo saber numa ótica de mão dupla a partir dos mediadores e mediados, o processo apresenta suas resistências peculiares como já discutiu Delma Pessanha Neves e que destacamos num outro momento dessa discussão<sup>19</sup>.

Ao pesquisar sobre a atuação do CAPA, Núcleo de Marechal Cândido Rondon no Paraná, detectou-se que agricultores tinham que, às vezes, dar um *passo para trás*, no que tange à utilização de insumos agrícolas não permitidos na agroecologia. As dificuldades que os agricultores enfrentam em dedicar-se integralmente à agroecologia como base para a sobrevivência é um outro problema detectado. Outra questão é o cerco físico e psicológico provocado pelos agricultores que continuam se dedicando à agricultura *convencional*, mas que acaba gerando um efeito positivo de resistência e fortalecimento coletivo do grupo envolvido com a agroecologia. É possível concluir que esta é, sem dúvida, a situação que gera um discurso ideológico de resistência. Mais que isso, a opção dos agricultores mediados pelo CAPA leva os agricultores a romperem com o sistema “convencional”, que passa a ser totalmente desqualificado diante da emergência do novo.

A organização comunitária constitui uma das ações que são priorizadas pelo CAPA, e é onde também ocorre resistência. A ação é desenvolvida com grupos e associações e se fundamenta na crença de que se trata de um trabalho inovador e participativo de uma ação que seja transformadora, promova autonomia e possa ser potencializada e multiplicada. Na opinião dos mediadores da entidade, este trabalho exige análise sociológica e proposta pedagógica e metodológica que promova e valorize a participação ativa e consciente. A entidade mediadora entende que o espírito individualista, muito presente entre agricultores, tem como uma das causas principais o fracasso de inúmeras iniciativas comunitárias que, apesar das boas intenções e objetivos, não lograram êxito. Na visão do CAPA, é através da organização comunitária, em especial das associações de agricultores familiares agroecológicos, que se torna possível construir espaços de discussão, elaboração e implementação de ações que possibilitem superar o individualismo. O individualismo é visto como uma atitude negativa dos agricultores, que pode atrapalhar o desenvolvimento dos objetivos da entidade. A superação do individualismo, na visão do CAPA, proporciona alternativas de organiza-

---

<sup>19</sup> NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

ção que se revertem em mais renda e dignidade para os agricultores familiares. Esta postura também permite uma maior interferência nas políticas públicas, fazendo com que os poderes e órgãos públicos estejam voltados para a agricultura familiar<sup>20</sup>.

No que se refere às formas de resistência articuladas pelos mediados, Delma Pessanha Neves nos ensina a prestar atenção nas “querelas” que emanam num processo de mediação. Algo que, às vezes, só é possível perceber após um largo período de observação numa pesquisa participante. Nesse caso, as condições de pesquisa podem influir numa maior ou menor identificação deste particular. Como já vimos, o individualismo é apontado pela entidade mediadora como uma resistência que traz resultados negativos no processo mediador, podendo, inclusive, comprometer o alcance dos objetivos propostos. Uma entrevista pode, às vezes, esconder formas de resistência subterrâneas, passíveis de serem identificadas apenas a partir de uma observação mais apurada. Quando o agricultor diz que, na aplicação da metodologia e das técnicas aprendidas na mediação do CAPA, precisa dar um *passo para atrás*, é porque pode estar se utilizando de algum expediente que é indicado pela entidade, porém por razões diversas não viáveis para o agricultor.

Na pesquisa realizada entre agricultores associados ao CAPA/Núcleo Oeste do Paraná, se considerados apenas os depoimentos orais aqui destacados, foi possível perceber que a avaliação da entidade mediadora é de maneira geral positiva. Se verificadas as dificuldades que os agricultores apresentaram para continuar viabilizando sua atividade, o CAPA é considerado uma espécie de “tábua da salvação”. Na opinião de um agricultor entrevistado, que acompanhou a história do CAPA no oeste do Paraná desde o início, talvez o trabalho desempenhado pela entidade mediadora não fosse suficiente como se queria, *pois sempre se sonha ter mais ajuda do que é possível*, numa alusão à estrutura de atendimento limitada da entidade<sup>21</sup>. O interesse em se dedicar à agroecologia é viabilizado tecnicamente pela ação mediadora do CAPA<sup>22</sup>. A deterioração da terra e as condições de saúde fazem com que o agricultor familiar se volte para a agroecologia. Porém, as condições favoráveis do mercado aos produtos agroecológicos é outro motivador, no qual é percebida positivamente a inserção do CAPA. O

---

20 ORGANIZAÇÃO comunitária. *Revista do CAPA/PR*, p. 11, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.

21 STOEUF, Bruno. Marechal Cândido Rondon, 24 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

22 HEDEL, Luiz Valter. Marchal Cândido Rondon, 24 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

CAPA é reconhecido como uma entidade que cria espaços para que os agricultores inclusive estudem, possibilitando a conclusão de cursos interrompidos em outros momentos<sup>23</sup>. A produção orgânica trouxe a condição de viabilizar as atividades na propriedade familiar. O CAPA é visto, nas palavras de um agricultor, como um local de assistência técnica especializada e diferenciada que se adéqua aos seus interesses, possibilitando-lhe saúde, uma vez que o afastou da manipulação de produtos químicos tóxicos ao organismo<sup>24</sup>. Mesmo que desenvolva a agroecologia em caráter experimental e não se dedique integralmente a ela, o trabalho do CAPA é reconhecido como o de uma entidade mediadora que apresenta “muito conhecimento” e que atende às expectativas do agricultor<sup>25</sup>.

A metodologia do CAPA é explicada na ótica da própria entidade, a partir da idéia que “revela” o jeito de *fazer acontecer*. Como entidade que promove ou realiza uma atividade social, ela entende que deve caminhar “na frente para guiar, ao lado para animar” ou “atrás para impulsionar”. No entanto, ela mesma coloca estas proposições em questionamento ao remeter ao leitor a indagação sobre qual deveria ser o papel e a postura de uma entidade que não possui fins em si mesma. Com esta indagação a entidade chama uma certa neutralidade ou imparcialidade sobre ela mesma na condução das ações entre os mediados. A entidade entende que realiza suas ações embasadas numa metodologia que parte da realidade dos agricultores, respeitando sua cultura e seus desejos. É propositiva, mas sempre parte do que eles possuem em termos de infra-estrutura, mão-de-obra e recursos financeiros, o que permite que as questões do que e como fazer sejam definidas conjuntamente com as famílias envolvidas<sup>26</sup>.

Chamam atenção aqui os aspectos contraditórios que envolvem os processos de mediação em que mediadores e mediados partem em busca de um novo saber. Ao mesmo tempo em que é desqualificado o individualismo do agricultor, “lugar” onde podem estar escondidos aspectos de sua cultura, afirma-se que as proposições partem dos mediados, havendo respeito às peculiaridades do grupo, como cultura e desejos, por exemplo. A forma de relação entre mediados e mediadores, além de subjetiva, caracte-

---

23 BOCK, Rudi. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

24 KAISER, Livar. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

25 BESEN, Marlene. Marechal Cândido Rondon, 21 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

26 METODOLOGIA do CAPA: o jeito de fazer acontecer. **Revista do CAPA/PR**, p. 7, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.

riza-se como estruturalmente contraditória, indicando um processo que deve ser constantemente gerido, uma vez que não pode ser superado plenamente. A aceitação do discurso mediador do CAPA não garante que os mediados, e mesmo os mediadores, não lidem com reinterpretações e reapropriações diversas. No discurso da parceria que procura valorizar a cultura do agricultor, o conteúdo acaba sendo valorizado conforme os momentos e contextos do processo. O que é indesejado no processo acaba sendo desqualificado. O processo é conduzido sempre, tendo em mente o fortalecimento da nova identidade do grupo mediado.

É adequado lembrar que a ação dos mediadores não deve ser reduzida a uma intercessão ou a uma interligação. Ela só se produz por novas construções e modos de gestão das contradições derivadas da posição de intercessão. Daí a relação contraditória que se estabelece nos processos. Os mediadores não se encontram tão distanciados do processo para que se identifiquem apenas como elo de união de mundos diferenciados. Na “parceria”, inevitável às vezes de ser contornada, são os próprios mediadores que constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Significados diversos num processo contraditório de difícil superação vão-se ordenando para viabilizar o trabalho mediador. Na defesa dos interesses de suas instituições, mediadores podem desconhecer que uma prática política orientada por objetivos emancipatórios remonta a projetos de reordenação do mundo social, construídos em outros contextos e mediante outros objetivos. De qualquer forma, a mediação do CAPA se fundamenta numa concepção que ultrapassa a dimensão economicista do processo, não se resumindo a uma “teologia da contestação”, como também discutiu José de Souza Martins em outros contextos de mediação<sup>27</sup>. Percebe-se aí também a crença de que a ação que se constrói entre mediadores e mediados pode criar as condições favoráveis para a transferência de ensinamentos e técnicas (numa perspectiva solidária) que, personificada num exercício de cidadania, conduza a uma prática social emancipatória, autônoma e antiexcludente. O trabalho mediador do CAPA pode ser considerado pertinente, na medida em que contribui no processo reflexivo para uma objetivação mais adequada e apreensível de novas forças “invisíveis” e “incompreensíveis” que interferem no mundo dos mediados e que, embora exteriores, acabam sendo consideradas imprescindíveis para a construção de um novo modo de vida.

---

27 MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

O desencadeamento de ações da entidade a partir da realidade é entendido como um diferencial significativo relacionado a outras entidades congêneres. Busca-se, assim, atuar a partir da realidade das famílias em seus grupos, somando esforços e priorizando ações conjuntas e compartilhadas, a fim de que os resultados do trabalho possam ser multiplicados. Esse “jeito de fazer acontecer” é entendido pela entidade como algo que a diferencia da maioria das demais entidades que atuam com agricultura familiar. A organização na defesa do seu jeito de atuar conclui que a maioria das demais entidades tende a centrar suas ações em um só aspecto, enfocando só a organização, apenas a produção ou só objetivam a comercialização. Ações que, se desenvolvidas numa forma fragmentada, acabam não dando conta de toda a diversidade que constitui o universo da agricultura familiar. Trabalhar a agricultura familiar nas suas diversas dimensões visa à construção de sujeitos de um projeto alternativo de desenvolvimento rural. A entidade entende que suas ações contemplam a organização comunitária, a assessoria técnica à produção agroecológica e o apoio à comercialização. A busca de parcerias e do comprometimento de demais entidades sociais denuncia o propósito da ONG de atuar articuladamente. Ela indica, como uma questão central de sua missão, comprometer os poderes públicos com um novo projeto de desenvolvimento da agricultura familiar, baseado na sustentabilidade e na solidariedade.

A assessoria técnica para a produção agroecológica é justificada pelo CAPA como imprescindível entre as famílias de agricultores, tendo em vista os efeitos da agricultura *convencional*<sup>28</sup>. A entidade mediadora, no entanto, entende que sua ação vai além de uma mera assistência técnica. Neste caso, atua com uma visão integral das unidades produtivas, das propriedades e das próprias famílias. Respeitando-se as condições naturais e da família, é elaborado um plano de reconversão e de produção da propriedade e definido “o que fazer”. Na formação integral dos agricultores, o novo saber leva em conta a retomada da concepção do amor à “mãe-terra” e o despertar da consciência de que a terra retribui generosamente o cuidado que a ela for dedicado. A idéia da inconveniência da agricultura convencional é frequentemente utilizada para valorizar a atividade agroecológica. A agroecologia surge como alternativa a um mundo intoxicado e doente e, mais do que produzir e preservar a natureza, constitui um “ato de responsabilidade cristã”<sup>29</sup>. O CAPA

---

28 Na visão da entidade mediadora e dos agricultores por ela assistidos, *agricultura convencional* é aquela, que emergiu a *revolução verde* e se caracteriza pelo uso maciço de adubos químicos e agrotóxicos.

29 GIESEL, Ingrid Margarete e al. **Cultivando a vida**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Livreto de apoio e divulgação do CAPA, produzido aos cuidados do Núcleo de Exercim.

entende que, diferentemente das práticas da agricultura convencional, onde geralmente se vendem “pacotes” prontos, na agroecologia precisam-se construir processos produtivos e sociais. Na defesa de sua proposta mediadora, o CAPA salienta que não leva propostas prontas, mas analisa e planeja, juntamente com as famílias, o processo de produção. Todos os aspectos, incluindo limitações e fraquezas e potenciais, são analisados. O CAPA se considera um parceiro, onde o objetivo maior é construir um processo que leve à autonomia e à emancipação das famílias e onde elas possam estar planejando, executando e monitorando o seu sistema de produção<sup>30</sup>.

A *construção de um outro saber*, objetivo perseguido nos processos de mediação pelos agentes, resulta de fato da relação dialética que ocorre entre estes e os mediados, indicando um processo que deve ser administrado constantemente, uma vez que apresenta dificuldade de superação plena. Porém, mesmo que se considere a mão dupla no processo de mediação, ele apresenta resistências peculiares, explícitas ou dissimuladas, nem sempre previstas no curso das atividades. A mediação do CAPA pode ser inserida no processo de construção de uma *outra agricultura*, que se fundamenta mais em laços de solidariedade entre mediados e mediadores e na preservação do meio ambiente do que na economia de mercado. Neste caso, a mediação pressupõe uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação e reordenação, se de fato os objetivos a ela atribuídos são desejados e se, de fato, o horizonte vislumbrado é a construção de novas formas de cidadania e de participação social e política.

### **Algumas considerações sobre a “nova paisagem” do CAPA**

Na relação dialética que se verifica entre o CAPA e os agricultores, é possível perceber a crença de que uma nova paisagem pode ser construída. Com relação a isso, é oportuno lembrar que, ao discutir a história das paisagens, Francisco Carlos Teixeira da Silva informa tratar-se de uma especificidade mais antiga que a própria história social ou a história demográfica, pois, bem antes do despertar contemporâneo das preocupações ecológicas, estudiosos de vários países europeus, no início do século passado, já produziram obras nesse sentido. A idéia que se tem, quando se fala de *pai-*

---

30 ASSESSORIA técnica à produção agroecológica. **Revista do CAPA/PR**, p. 9, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.

*sagem*, remete-nos imaginariamente a locais geralmente amplos, com castelos, campos de cereais, perfis de cidades, montanhas com florestas e rios, aldeias de pescadores, grandes metrópoles e assim por diante. Elas refletem a ação do homem, mesmo que, a princípio, nem sempre percebamos esse parâmetro. Para estudar as paisagens não existe uma receita pronta, sendo que a eficiência do trabalho do pesquisador depende muito da sua sensibilidade e criatividade<sup>31</sup>.

O CAPA, na sua relação com os pequenos agricultores, busca a reconstrução de uma *nova paisagem* em tempos de pós-modernidade. Os benefícios do progresso tecnológico não são descartados na construção dessa paisagem. Porém, o progresso é discutido qualitativamente. O que se observa é a busca de uma inserção responsável da técnica no uso do solo. Busca-se recuperar uma relação holística do homem com o meio, onde os campos de cultivo não sejam vistos apenas como *commodities* que flutuam unicamente em decorrência do perverso humor do mercado, mas como uma paisagem que possa ser sustentada por atitudes responsáveis entre o homem e a terra e desenvolvida por relações solidárias entre os protagonistas que comungam neste mesmo local seus ideais.

Parafraseando Milton Santos, pode-se dizer que muito se tem falado nos progressos da engenharia genética, que conduziriam a uma mutação do homem biológico, algo que ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Porém, pouco se fala das condições, também hoje presentes no meio rural, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e da paisagem, onde esta se insere<sup>32</sup>. A mediação do CAPA parece mostrar esta direção. Nesse caso, a construção dessa paisagem se revelaria a partir de uma atitude, de uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo, que leva o ser humano a estabelecer, além de uma relação de sobrevivência, um elo afetivo entre ele e o lugar ou o ambiente em que vive<sup>33</sup>.

Perseguindo a trilha aberta por Yi-Fu Tuan, Solange T. de Lima Guimarães percebe uma paisagem que se reconstrói pelo vivido. Sua análise parece indicar um caminho semelhante ao que o CAPA e os pequenos agricultores estabelecem numa relação envolvendo informações e práticas so-

---

31 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios da teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

32 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000. p. 174.

33 TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.



lidárias de ação<sup>34</sup>. Observa-se que mediante a consignaço, percepço, afetividade e memória há a tentativa de reconstruir mundos vividos – percebe-se um sentimento de volta às origens –, resgatando a multiplicidade das imagens do meio ambiente, pois naquele resgate poderia residir a identidade de um ser humano, a conservação de seus testemunhos, o legado cultural, mediante a narrativa da própria história de vida, através das paisagens de seus espaços e lugares. Na relação entre o CAPA e os agricultores, estabelece-se a crença de que a paisagem que resulta do trabalho desses agricultores é transformada ao associarem o contexto da dimensão do vivido, transmutando o conteúdo de uma realidade banal em sagas de magia e encanto das tradições, adquirindo um novo existir.

Em sua atual trajetória de ações entre agricultores, o CAPA parte para campos inéditos de atuação, como demonstra o projeto de apoio aos quilombolas no sul do Rio Grande do Sul. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo do CAPA/Pelotas daquele estado. Este trabalho pode ser considerado como uma inédita perspectiva de trabalho dessa entidade mediadora, se considerada a história da IECLB<sup>35</sup>.

[...] Somos uma Igreja que afirma em seu nome e autodefinição ser uma Igreja de Jesus Cristo no Brasil. Com esta constatação assumimos que somos parte de uma sociedade multifacetada, multiétnica, multicultural e pluralista. A IECLB se define como uma Igreja que quer encarnar a realidade brasileira. Como seres humanos, não estamos dispensados de nosso estado de pecadores. Isto significa que nossas instituições também participam nos/dos males do mundo. Por isso destacamos o princípio luterano da *ecclesia semper reformanda* (a Igreja deve estar se reformando).<sup>36</sup>

34 GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. *Geosul*, Florianópolis, p. 140, 2002.

35 Registre-se parceria recente entre CAPA e Comin (Conselho de Missão entre Índios), da IECLB. Através de parceria, o CAPA passou a desenvolver apoio técnico para plantações entre 17 famílias de Mbya-Guaranis. A aldeia, onde o CAPA desenvolve seu trabalho, situa-se em Coxilha do Sul, município de Barra do Ribeiro/RS (BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado**. Porto Alegre: Gráfica Impresul, 2003, p. 72-78). Além do envolvimento com os índios, o CAPA integra um conglomerado de entidades que objetivam implantar uma área de cultivos livre de agrotóxicos na região impactada pela hidrelétrica de Itaipu e pela modernização agrícola no Estado do Paraná. O CAPA nasce no Rio Grande do Sul no mesmo ano em que explode a luta dos atingidos pela barragem de Itaipu. No tempo presente, em outra conjuntura, o CAPA se torna parceiro da Empresa Binacional juntamente com outras entidades que buscam com os agricultores reconstruir, nas condições possíveis, a região impactada. Além de Itaipu, o projeto recebe apoio do governo estadual.

36 Trecho da manifestação do Simpósio “Abrindo as portas da Igreja: Afro-brasileiros luteranos, sonho ou possibilidade?”, citado na fundamentação teológica do projeto de inserção da IECLB entre os quilombolas.

## Conclusão

A idéia que resultou na formação do CAPA emergiu das discussões realizadas pela IECLB em relação à problemática da terra no Brasil. É talvez uma das discussões mais relevantes se considerada a busca da identidade dessa Igreja e a sua inserção na realidade social brasileira. A idéia do CAPA não é descolada da discussão geral sobre reforma agrária, mas circula melhor na comunidade luterana por se identificar mais com a história da formação daquela Igreja no Brasil.

Ao final dos anos setenta, a IECLB, através de seu Conselho Diretor, estabelece a reforma agrária como uma das suas prioridades de reflexão e ação. O Concílio da Terra aconteceu em 1982 e, entre outros assuntos, considerou-se pertinente a inserção da Igreja no assunto se consideradas as Sagradas Escrituras e os ensinamentos de Lutero. *A terra é de Deus*, e como tal mereceria atenção social e teológica devida. Mesmo antes do Concílio, como também depois, o assunto voltou à pauta reiteradas vezes.

Na formulação do ideário do CAPA, pouco se enfatizam termos como “invasão”, “ocupação”, “acampamentos” e “assentamentos”. Na conclusão deste historiador, estas concepções relacionadas à reforma agrária dificultam a discussão sobre o assunto nas comunidades luteranas, o que não significa concluir que a Igreja só atue em movimentos que tenham a “cara” do CAPA. Porém, mesmo com resistências internas, a Igreja tem avançado neste particular. Há que se ressaltar que, no jeito luterano de atuar, o CAPA tem avançado em áreas de ação até bem pouco tempo não pensadas entre os luteranos, e não há como pensar isso a não ser como uma forma de avanço, apesar das resistências.

## Referências

- ASSESSORIA técnica à produção agroecológica. **Revista do CAPA/PR**, p. 9, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.
- BESSEN, Marlene. Marechal Cândido Rondon, 21 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.
- BOCK, Rudi. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.
- BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Porto Alegre: [s.n.], 2000.
- BUCHWEITZ, Suzanne. **O tempo compartilhado**. Porto Alegre: Gráfica Impresul, 2003.

- CHRISTMANN, Nilo. O suor do rosto e o pão de cada dia. **Partilha**, ago./set. 2003.
- EZE. [s.d.]. Folder.
- FUCHS, Werner. **Under Tents of Black Plastic Sheets or the Agrarian Question and the Church**: Complicity and new Challenges. In: BI-ANNUAL MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN COMMITTEE OF THE NATIONAL COUNCIL OF CHURCHES OF CHRIST IN THE USA, April 13, 1992, Stony Point, NY. Documento apresentado no encontro.
- GIESEL, Ingrid Margarete e al. **Cultivando a vida**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Livreto de apoio e divulgação do CAPA, produzido aos cuidados do Núcleo de Erexim.
- GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, p. 140, 2002.
- HEDEL, Luiz Valter. Marechal Cândido Rondon, 24 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.
- HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo CAPA/Sul. Fev. 2003.
- HISTÓRICO DO CAPA. Texto sem data cedido pelo CAPA em ago. 2000.
- IGREJA e agricultura familiar. **Jornal Evangélico Luterano**, Porto Alegre, p. 1, set. 2001.
- KAISER, Livar. Marechal Cândido Rondon, 22 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- METODOLOGIA do CAPA: o jeito de fazer acontecer. **Revista do CAPA/PR**, p. 7, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.
- MUSSKOPF, Hélio. Agricultura libertadora. **Revista do CEM**, Porto Alegre, jan. 1982.
- NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.
- NOVA PAISAGEM. mar. 1998. Edição comemorativa.
- NOVA PAISAGEM. Editorial. Setembro de 1994.
- ORGANIZAÇÃO comunitária. **Revista do CAPA/PR**, p. 11, 2. sem. 2002. Edição comemorativa.
- PROJETO de Apoio aos Quilombolas no Sul do RS. CAPA-Sul, janeiro de 2003.
- SAAR, Vilmar. [**Carta à Secretaria Municipal de Agricultura de Marechal Cândido Rondon**]. Marechal Cândido Rondon, 23 abr. 2001.
- . 18 jun. 2000. Entrevista concedida ao quadro Personalidade da Semana da Rádio Difusora do Paraná.
- . Marechal Cândido Rondon, 6 fev. 2001. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2000.

SAUER, Sérgio. **The Land Issue as a Theological Problem: the Roman Catholic and Lutheran Churches' Social and Political Commitment to the Struggle for Land in Brazil**. 1996. Thesis for the Master of Philosophy Degree in Theology. Stavanger.

SCHÜTZ, Werner G. K. **A caminhada de um século: documentário sobre a IECLB em Carazinho/RS, Brasil**. Carazinho: Gráfica Sanini, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STOEF, Bruno. Marechal Cândido Rondon, 24 nov. 2000. Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos: a inserção entre os pequenos agricultores no sul do Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em História) – UFF, 2004.

———. **Estratégias de vida: agricultura familiar e formas associativas: um estudo de caso – CAPA – Núcleo Oeste**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2002.